



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2024

1. DO PREÂMBULO

A Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, através do Pregoeiro Público Armando Cesare Tomasi, designado pela Portaria nº 235/2023 de 01.04.2023, publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, de acordo com a determinação da Sr. Defensor Público - Geral, que autorizou a instauração do competente processo licitatório, torna pública a quem interessar, que promoverá licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL, POR LOTE**, regida pela Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Complementar nº 123/06, bem como o Decreto Estadual nº 54.142/2022, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e subsidiariamente, no que couber, as disposições contidas Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, na forma e diretrizes abaixo.

DADOS GERAIS

OBJETO: O presente certame tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para a prestação dos seguintes serviços: Disponibilização de licenças de uso de software para a Gestão de Recursos Humanos, contemplando a instalação, implantação, parametrização, manutenção, migração de dados, treinamento e garantia das atualizações técnicas de software na solução ConsistHR e Consist e-SOCIAL, em ambiente próprio, com acesso para servidores da Defensoria Pública de Pernambuco, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, anexo a este Edital.

Recebimento das propostas até: 01.07.2024 às 09h30 (Horário de Brasília)

Início da sessão de disputa de preços: 01.07.2024 às 10h00

Sistema eletrônico utilizado: www.redeempresas.com.br

Modo de disputa: Aberto

Pregoeiro: Armando Cesare Tomasi

E-mail: cpl.defensoria@defensoria.pe.gov.br

Telefone: (81) 3182-3730

Endereço: Rua do Progresso, nº 255, sala 105, Empresarial Progresso, Soledade, Recife/PE. CEP nº 50.070-095

2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 2.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *Internet*, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases;
- 2.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro da Defensoria através do Portal Eletrônico de Compras Eletrônicas, no endereço www.redeempresas.com.br;

3. DO OBJETO

O presente certame tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para a prestação dos seguintes serviços: Disponibilização de licenças de uso de software para a Gestão de Recursos Humanos, contemplando a instalação, implantação, parametrização, manutenção, migração de dados, treinamento e garantia das atualizações técnicas de software na solução ConsistHR e Consist e-SOCIAL, em ambiente próprio, com acesso para servidores da Defensoria Pública de Pernambuco, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, anexo a este Edital e descrição detalhada no Anexo I.

4. DO VALOR MÁXIMO ESTIMADO

- 4.1. O valor global estimado da licitação é de R\$ 902.496,00 (novecentos e dois mil, quatrocentos e noventa e seis reais), correspondente à soma dos itens constantes nas Características Técnicas do Produto (Anexo I).

4.2 Os recursos financeiros para fazer face às despesas decorrentes da contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária incluídas no orçamento da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco:

ATIVIDADE: 14.122.0939.4355.2749.0759000000

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.00.00

ATIVIDADE: 14.122.0939.4355.2749.0500000000

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.00.00

5. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

5.1. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame;

5.2. As sessões serão processadas em dias úteis;

5.3. Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao Pregoeiro informar, através do Sistema, a data e horário para retomada do pregão;

5.4. Em caso de suspensão, quando da retomada da sessão, os prazos concedidos serão restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação.

5.5. Havendo calamidade pública, fato relevante devidamente justificado ou necessidade de adequação de horário por motivos de administração interna, os horários previstos neste edital poderão ser alterados, cabendo ao Pregoeiro informar previamente as licitantes a alteração e a nova data e horário para retomada do pregão, através do Sistema RedeEmpresas.

6. DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

6.1. Responder às questões formuladas pelos interessados, relativas ao certame;

6.2. Abrir as propostas de preços;

6.3. Analisar a aceitabilidade das propostas;

6.4. Desclassificar propostas indicando os motivos;

6.5. Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;

6.6. Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

6.7. Declarar o vencedor;

6.8. Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;

6.9. Elaborar a ata da sessão;

6.10. Encaminhar o processo à autoridade superior para homologação e autorização da contratação.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. A licitante interessada em participar desta licitação deverá estar previamente cadastrado no sistema RedeEmpresas, adotando as seguintes providências:

7.1.1. A interessada deverá realizar o cadastramento junto ao sistema RedeEmpresas, no endereço www.redeempresas.com.br, através do link “cadastro”;

7.1.2. Em caso de dificuldade durante o credenciamento ou na operacionalização do sistema, as licitantes deverão entrar em contato diretamente com o RedeEmpresas através do e-mail: suporte@paradigmabs.com.br ou através do telefone: 0300.789.1502.

7.2. A participação nesta licitação dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado.

7.2.1. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, diretamente ou por seu representante, não cabendo à Administração a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido, ainda que por terceiros;

7.2.2. O credenciamento da licitante e de seu representante implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame eletrônico.

7.2.3. Na hipótese de a licitante possuir mais de um login cadastrado no RedeEmpresas, o sistema não permitirá que sejam utilizados simultaneamente, na mesma licitação.

7.2.3.1 Caso haja usuário “ativo” no processo, a conexão de outro usuário desconectará o anterior automaticamente, a fim de que não existam usuários simultâneos no mesmo processo.

7.3. Não poderão participar desta licitação:

7.3.1. Pessoa física ou jurídica impedida de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos termos do art. 156, III e § 4º, da Lei nº 14.133/2021, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

7.3.2. Pessoa jurídica suspensa temporariamente de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

7.3.3. Pessoa física ou jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV e §5º, da Lei 14.133/2021, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

7.3.4. Pessoa física ou jurídica que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa;

7.3.5. Licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

7.3.6. Pessoa física ou jurídica enquadrada nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/21;

7.3.7. Pessoa jurídica cujo ramo de atividade previsto em estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

7.3.8. Servidor público da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.3.9. Tenham em seu quadro empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigosos ou insalubres ou ainda, empregados com idade inferior a 18 (dezoito) anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

7.4 Para esta licitação não será admitida a participação de empresas em consórcio.

7.5 Conforme art. 2º, II, da resolução nº 09 de dezembro de 2023 desta DPE/PE, fica vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário membro da Defensoria Pública ou cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de Defensores Públicos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

7.6 Nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021 - Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

8. DA ABERTURA E DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO E DA FASE DE LANCES

8.1. A licitação será realizada em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases;

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico;

8.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável por eventuais ônus decorrentes da perda de negócios causada pela inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por motivo de desconexão;

8.4. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas, na forma prevista neste instrumento convocatório;

8.5. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital;

8.5.1. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública para a análise dos documentos relativos às garantias de proposta apresentadas pelas licitantes, quando houver;

8.6. Será desclassificada a proposta que contenha elementos que permitam a sua identificação;

8.7. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

8.8. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.



- 8.9. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos interessados deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;
- 8.10. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema;
- 8.11. Não serão aceitos, durante a fase da disputa aberta, dois ou mais lances iguais provenientes de licitantes distintos, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro;
- 8.12. Salvo se houver evidente erro material, não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades estabelecidas neste Edital;
- 8.13. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá, justificadamente e mediante comunicação via sistema, excluir lance oriundo de evidente erro material alegado pela respectiva licitante ou lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do certame, implicando, nesta última hipótese, exclusão da licitante da disputa;
- 8.14. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados;
- 8.15. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no endereço www.redeempresas.com.br;
- 8.16. O procedimento da etapa de lances seguirá de acordo com o modo de disputa **aberto**;
- 8.17. A etapa de lances públicos e sucessivos terá duração de 15 (quinze) minutos e, após esse prazo, será prorrogada automaticamente pelo sistema se houver oferta de lance nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração;
- 8.17.1. A prorrogação automática de que trata o item 8.17 será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários;
- 8.18. Na hipótese de não haver novos lances na forma prevista nos itens 8.17.1, a sessão pública será encerrada automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação.
- 8.19. Após encerramento acima, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance, ou por ofertar lance de valor inferior;
- 8.20. Encerrada a etapa de que trata o item 8.19, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de vantajosidade, que se dará, conforme o critério de julgamento de **MENOR PREÇO GLOBAL, POR LOTE**;
- 8.21. A documentação comprobatória para habilitação e a proposta de preços com os valores finais, após a disputa, deverão ser apresentadas em original ou cópia autenticada, encaminhada pelo correio ou portador, ao endereço indicado no Preâmbulo deste Edital, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a partir do encerramento da fase de disputa do pregão;
- 8.22. Todas as folhas, de cada um dos documentos constantes dos envelopes, deverão ser rubricadas, devendo preferencialmente estar dispostos sequencialmente na ordem solicitada, de modo a refletir o seu número exato;
- 8.23. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

9. DA NEGOCIAÇÃO

- 9.1. Após o encerramento da fase de disputa, o Pregoeiro deverá negociar os preços apresentados pelas licitantes, podendo encaminhar contraproposta diretamente àquela que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor máximo fixado para a contratação;
- 9.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes;
- 9.2.1. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e divulgado a todos os licitantes;
- 9.3. Se, após a negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar não oferecer proposta compatível com o valor máximo fixado para a contratação, será desclassificada da licitação, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível;
- 9.3.1. Na hipótese acima, se a licitante, mesmo após a negociação, não oferecer proposta compatível com o orçamento estimado, será desclassificada da licitação, sem a aplicação de penalidade;
- 9.4. Os preços finais, unitários e totais, propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e global estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta;

9.4.1. No critério de julgamento pelo maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar o valor máximo do orçamento estimado;

9.5. No caso previsto no item 9.3, o Pregoeiro buscará negociar com as licitantes subseqüentes, na ordem de classificação, buscando obter proposta com valor, no mínimo, igual ao previsto no orçamento estimado.

9.6. O sistema eletrônico informará a proposta de menor preço ou maior desconto imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação promovida pelo Pregoeiro.

10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL

10.1. No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que: 10.1.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências previstas;

10.1.2. A proposta apresentada compreende a integralidade dos custos diretos e indiretos decorrentes da execução do objeto, incluindo tributos, encargos trabalhistas e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, transporte, frete e demais despesas correlatas.

10.2. A licitante enquadrada como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP Microempreendedor Individual (MEI), ou, ainda, sociedade cooperativa com tratamento equiparado, nos termos do art. 34 da Lei nº 11.488/2007, deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema eletrônico, informando que cumpre os requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006 e os requisitos de habilitação deste edital, mesmo que tenha restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal e trabalhista.

10.2.1. Ao declarar o enquadramento previsto no item 10.2, a licitante também declara que atende aos limites de compromissos contratuais fixados no art. 4º, §§ 2º e 3º da Lei 14.133/2021, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 2006 e neste edital, cujo tratamento favorecido aplica-se uniformemente às microempresas, às empresas de pequeno porte e às sociedades cooperativas previstas no art. 34 da lei 11.488/2007.

10.2.2. Ao declarar o enquadramento como sociedade cooperativa, a licitante também declara que atende aos requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021

10.3. Quando houver, nos itens/lotos com participação exclusiva às licitantes enquadradas ou equiparadas a Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedores Individuais (MEI) a declaração prevista é requisito para o exercício do benefício ao referido item/lote e sua ausência impede o prosseguimento da participação da licitante naquele item/lote;

10.4. A falsidade das declarações sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei 14.133, de 2021, e neste Edital;

10.5. As propostas terão validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital, independente de declaração da licitante;

10.5.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos;

10.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência;

10.7. O proponente primeiro classificado e os subseqüentes nos casos de desclassificação do(s) primeiro(s), quando houver necessidade, deverão apresentar 01 (uma) amostra, folder ou ficha técnica (a critério da Unidade de Licitação) do produto ofertado de acordo com as especificações técnicas exigidas neste Edital, sem ônus para a DEFENSORIA, para efeito de Controle de Qualidade e verificação do atendimento às especificações, no prazo máximo de 02 (dois) úteis, contados a partir do primeiro dia útil subseqüente à data da convocação;

10.8. Quando se optar pela apresentação da amostra, a mesma deverá ser apresentada na sala da Unidade de Licitação na Defensoria, sendo que neste caso o prazo para apresentação será de até 03 (três) dias úteis.

10.9. No caso de não haver entrega da amostra, folder ou ficha técnica, ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou houver rejeição quanto às especificações previstas neste Edital, a proposta do concorrente será desclassificada;

10.10. Em caso de desclassificação do material do autor da melhor proposta de fornecimento, o autor da proposta subseqüente será convocado a apresentar uma amostra do material, se houver necessidade. Caso o segundo seja desclassificado, poderá convocar o terceiro fornecedor melhor classificado para apresentação do material e assim sucessivamente.

11. DOS ESCLARECIMENTOS, DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO RECURSO



- 11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido, por meio eletrônico, via Sistema, em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública;
- 11.2. As respostas aos pedidos de esclarecimento ou às impugnações vincularão os participantes e a Administração e serão divulgadas no Sistema pelo Pregoeiro no prazo de até 03 (três) dias úteis;
- 11.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo Pregoeiro.
- 11.4. Acolhida a impugnação, será republicado o Edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para realização do certame.
- 11.5. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal previsto ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente;
- 11.6. Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, sendo-lhes facultado juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias úteis para anexar no sistema eletrônico memoriais contendo as razões recursais;
- 11.6.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada no sistema em até 10 (dez) minutos após a declaração do vencedor;
- 12.6.2. A falta de manifestação imediata da intenção recursal importará preclusão e a adjudicação do objeto à licitante vencedora;
- 11.7. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contra-razões no prazo de 03 (três) dias úteis, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vistas imediata dos autos.
- 11.7. As razões do recurso e das contrarrazões deverão ser anexadas em campo próprio do sistema eletrônico.
- 11.8. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente;
- 11.9. Os recursos contra decisões do pregoeiro não terão efeito suspensivo;
- 11.10. O recurso terá efeitos suspensivo até a decisão final da autoridade competente e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;
- 11.11. Os recursos deverão ser endereçados ao Pregoeiro (endereço no preâmbulo deste edital).
- 11.12. As razões do recurso serão dirigidas ao Pregoeiro, que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso à autoridade superior, devidamente motivado, para decisão final no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
- 11.13. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.
- 11.14. Verificada a regularidade dos procedimentos, o Pregoeiro encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação.

12. DA CONVOCAÇÃO DA LICITANTE CLASSIFICADA PROVISORIAMENTE EM PRIMEIRO LUGAR

- 12.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada para apresentar a proposta de preço adequada ao último lance, bem como os documentos exigidos para a habilitação digitalizados, para fins de exame de aceitabilidade do preço e de sua habilitação;
- 12.2. Os documentos deverão ser enviados para o e-mail: cpl.defensoria@defensoria.pe.gov.br;
- 12.3. Recomenda-se que as licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados;
- 12.4. A licitante responsabilizar-se-á pela documentação encaminhada, assumindo como verdadeiras suas propostas, declarações e atestados;
- 12.5. Os arquivos encaminhados deverão estar legíveis;
- 12.6. Caberá à licitante confirmar o recebimento pelo Pregoeiro dos documentos encaminhados por email, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios causada pela inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro no sistema;
- 12.7. A licitante que abandonar o certame, deixando de encaminhar a proposta e/ou documentos de habilitação DIGITALIZADOS, no todo ou em parte, no prazo previsto no item 12.2, será desclassificada ou inabilitada do certame, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.
- 12.8. A sessão será suspensa para aguardo da proposta de preços e dos documentos de habilitação, cabendo Pregoeiro informar, através do sistema eletrônico, a data e o horário para retomada da licitação e divulgação da aceitabilidade da proposta e do resultado da habilitação.



13. DA ANÁLISE DA PROPOSTA

13.1. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade do objeto com as especificações técnicas do edital;

13.1. Eventuais falhas formais ou materiais da proposta, como erros no preenchimento da planilha ou outros que não impedem a caracterização do objeto e a prestação dos serviços nos termos desta licitação, não constituem motivo para a desclassificação da proposta e deverão ser corrigidos pela licitante.

13.1.1. Os ajustes da proposta não poderão implicar alteração de sua substância nem aumento do seu valor global;

13.1.2. O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a proposta ajustada quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitarem de ajustes para adequação aos valores estimados;

13.1.3. No caso de discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;

13.1.4. No caso de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o produto será retificado, mantendo-se inalterados o preço unitário e a quantidade;

13.1.5. No caso de erro de somatório, a adição será retificada, mantendo-se inalteradas as parcelas. 13.1.6. No

caso de erros de transcrição das quantidades previstas para os serviços, o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e se corrigindo a quantidade e o preço total;

13.2. Na análise da proposta não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido;

13.3. Serão desclassificadas as propostas que:

a) não obedecerem às especificações técnicas previstas neste Edital;

b) permaneçam com valores unitários ou global superiores aos fixados para a contratação, após a negociação;

c) contenham preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

d) apresentem vício ou desconformidade insanável com quaisquer outras exigências deste Edital, mesmo após a oportunidade de saneamento;

e) contenham falhas, apontadas pelo Pregoeiro, não corrigidas nem justificadas, mesmo após a oportunidade de saneamento;

f) apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;

13.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o pregoeiro deverá, por meio de diligência, conferir à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta;

13.4.1. A inexequibilidade só ficará comprovada quando, cumulativamente, o custo da licitante ultrapassar o valor da proposta;

13.5. Na proposta, não poderão ser incluídos pagamentos antecipados de quaisquer etapas ou serviços; 13.6. Se a proposta da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar não for aceita, o pregoeiro retomarà a sessão pública para convocar as licitantes subsequentes, obedecida a ordem de classificação, a fim de apresentarem proposta de preços e documentos de habilitação, no mesmo prazo e condições previstas em edital, e realizarem a negociação, até a apuração de uma que atenda às condições editalícias.

13.7. Quando todas as licitantes forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação de novas propostas;

13.8. Classificada a proposta, o Pregoeiro dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante a verificação da documentação exigida neste Edital.

13.9. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

13.9.1. Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste Edital, a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s) em sessão pública.

13.9.2. Na hipótese de a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro retornará o processo à fase de negociação para exame das ofertas subsequentes e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

14. DA CONTRATAÇÃO



14.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação na forma da Lei n.º 14.133/2021.

14.2. A licitante vencedora do certame terá o prazo de 5 (cinco) dias corridos, contado a partir da convocação, para assinar o contrato.

14.3. A ausência de cadastro atualizado no sistema e-Fisco/CADFOR, poderá sujeitar o Detentor do contrato à sanção administrativa.

14.4. Por ocasião da contratação, a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco deverá consultar a regularidade da adjudicatária nos sistemas e-fisco, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas e verificar a validade dos documentos de habilitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.

14.5. Se não for possível atualizá-los por meio eletrônico, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o item 14.3, mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação.

14.6. A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido acarretará a aplicação das penalidades.

14.7. A CONTRATADA deverá, durante a execução contratual, manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do instrumento de contratação.

14.8. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto licitado.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

15.1 Conforme especificado no Termo de Referência.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

16.1 Conforme especificado no Termo de Referência.

17. DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

17.1. Os empenhamentos de despesas e pagamentos no âmbito da Administração Pública do Estado de Pernambuco só são realizados para credores (CADFOR) cadastrados junto à SAD (Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco), no sistema "E-fisco".

17.2. O Cadastro no sistema "E-fisco" não é condição para a habilitação ou apresentação de proposta de preços, mas condição para emissão de empenho e pagamento da despesa.

17.3. A não realização do cadastramento, a que se refere os subitens anteriores, ou sua atualização, no prazo de até 8 (oito) dias úteis contados da homologação do certame, será considerado como desistência da proposta, sujeitando o licitante vencedor às sanções decorrentes deste comportamento.

17.4. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a apresentação dos seguintes documentos:

I - nota fiscal eletrônica da CONTRATADA, devidamente atestada por servidor designado pela Unidade responsável do CONTRATANTE;

II - certidões de regularidade com os tributos federais, estaduais e municipais pertinentes, Seguridade Social e FGTS;

III - certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT).

§1º A Unidade responsável do CONTRATANTE terá 15 (quinze) dias, a partir do recebimento da documentação comprobatória da despesa (nota fiscal, fatura, recibo, entre outros), para atesto e encaminhamento ao Departamento de Contabilidade e Finanças do CONTRATANTE, visando ao registro contábil da liquidação.

§ 2º O prazo mencionado no §1º será suspenso, até que:

a) seja efetuada a entrega, por parte da CONTRATADA, de toda documentação exigida pelas normas em vigor;

b) sejam sanadas as pendências relativas à entrega do bem/serviço da CONTRATADA.

§ 3º O Departamento de Contabilidade e Finanças do CONTRATANTE terá 15 (quinze) dias, a partir do recebimento da documentação mencionada no §1º, encaminhada mediante formulário de "Solicitação de Liquidação da Despesa ", para realizar a liquidação e pagamento, desde que não existam pendências com relação à

documentação apresentada. Ultrapassado este prazo, o pagamento da respectiva despesa passará a ter prioridade sobre todas as demais.

§ 4º O CONTRATANTE verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da CONTRATADA no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.

§ 5º As normas relativas ao processamento da despesa pública exigem que a liquidação e o pagamento sejam efetivados exclusivamente em favor da CONTRATADA, devidamente identificada pelo número de inscrição no CNPJ ou CPF.

§ 6º Estando autorizada pelos órgãos de Fazenda estaduais ou municipais, a emitir notas fiscais eletrônicas em suas respectivas áreas de atuação, a CONTRATADA deverá enviar, em formato PDF, os documentos hábeis de comprovação das despesas (notas fiscais, recibos, certidões de regularidade, conforme o caso), para a CONTRATANTE

§ 7º Os pagamentos serão feitos por meio de ordens bancárias emitidas pelo E-Fisco.

§ 8º O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

§ 9º O CONTRATANTE comunicará à CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.5. As Notas Fiscais/Faturas a serem emitidas pelos fornecedores, além de discriminarem os produtos/serviços, devem, conter obrigatoriamente a assinatura e o carimbo do representante da Unidade pertinente, como comprovante de recebimento do objeto do faturamento.

18. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a licitante ou a adjudicatária que:

18.1.1. Convocada dentro do prazo de validade da proposta, não comparecer para assinar o instrumento contratual;

18.1.2. Deixar de entregar documentação exigida durante a licitação ou para fins de assinatura do contrato, quando houver;

18.1.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

18.1.3.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

18.1.3.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.1.3.3. Desistir dos lances ofertados, a menos que haja erro material reconhecido;

18.1.3.4. Desistir da proposta após encerrada a etapa competitiva ou der causa à sua desclassificação ao não oferecer, mesmo após negociação, proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado;

18.1.3.5. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

18.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

18.1.5. Fraudar a licitação;

18.1.6. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.1.7.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

18.1.7.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento.

18.1.8. Cometer fraude de qualquer natureza;

18.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

18.2. As licitantes ou adjudicatárias que incorram em infrações sujeitam-se às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.2.1. Multa;

18.2.2. Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de até 03 (três) anos;

18.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) e máximo de 06 (seis) anos.

18.3. As sanções previstas nos itens 18.2.2 e 18.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

18.4. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

- 18.4.1. Multa de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado para o item/lote do qual participou, a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 18.1.1 deste edital;
- 18.4.2. Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do item/lote do qual participou, a ser aplicada a quem cometer a infração prevista nos itens 18.1.2 e 18.1.3., deste edital;
- 18.5. Além da multa, aplicada conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condições:
- 18.5.1. No cometimento da infração prevista no item 18.1.1: de 6 a 12 meses;
- 18.5.2. No cometimento das infrações previstas nos itens 18.1.2 e 18.1.3: até 6 meses;
- 18.6. Além da multa, aplicada conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativo, no cometimento das infrações previstas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7, 18.1.8 e 18.1.9: de 03 a 6 anos;
- 18.7. Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos nos itens 18.5 e 18.6., deverão ser observadas:
- 18.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 18.7.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 18.7.3. Circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração;
- 18.7.4. Os danos para a Administração Pública resultantes da infração;
- 18.7.5. A vantagem auferida em virtude da infração;
- 18.7.6. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
- 18.8. Em caso de reincidência na prática de infração sancionada com a mesma penalidade objeto de condenação definitiva anterior, ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste Edital poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.
- 18.9. As penalidades deverão ser registradas no sistema e-fisco, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.
- 18.10. Havendo indícios de cometimento das condutas previstas na Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), a documentação pertinente será encaminhada às autoridades competentes para apuração da conduta típica em questão.

19. DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

- 19.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, durante o período contratual;
- 19.2. A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante o período acima estipulado, as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião deste certame.

20. DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 20.1. Os casos de rescisão contratual pelos motivos previstos nesta cláusula serão formalmente motivados em procedimento administrativo próprio, assegurado à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.
- 20.2. A rescisão contratual, precedida da devida autorização do Ordenador de Despesas, na forma escrita e fundamentada, poderá ser:
- I – determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
 - II – consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
 - III – determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

- 20.3. Em caso de rescisão por culpa da **CONTRATADA**, esta pagará a **CONTRATANTE** multa de 10% (dez por cento) sobre o preço contratual, além das perdas e dos prejuízos porventura suportados pela Administração Estadual.

21. DA FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL



21.1 O Adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da convocação, para a assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente.

22. DA RELAÇÃO DOS ANEXOS

Integram o presente edital os seguintes anexos:

ANEXO	DESCRIÇÃO
I	TERMO DE REFERÊNCIA
II	EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO.
III	DECLARAÇÃO COMPLEMENTARES
IV	ATESTADO DE CONFORMIDADE DAS AMOSTRAS
V	MINUTA DO CONTRATO

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. A presente licitação não importa necessariamente na aquisição, podendo a Defensoria revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. A contratante poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;

23.2. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

23.3. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

23.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação;

23.5. O desatendimento às exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta;

23.6. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro, observada a legislação pertinente em vigor;

23.7. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital;

23.8. As cópias dos documentos integrantes deste Pregão e os esclarecimentos em caso de dúvidas na interpretação deste Edital poderão ser obtidos na sede da Defensoria Pública, junto a Unidade de Licitações, localizada à Rua do Progresso, nº 255, sala 105, Empresarial Progresso, Soledade, Recife/PE. CEP nº 50.070-095, de segunda a sexta-feira, no horário das 10:00 às 15:00 horas. Informações adicionais, também poderão ser solicitadas através do telefone (81) 3182.3730 ou através do e-mail: cpl.defensoria@defensoria.pe.gov.br;

23.9. O Edital do Certame deverá ser retirado através do Portal de Compras Eletrônicas RedeEmpresas ou endereço eletrônico da CPL - cpl.defensoria@defensoria.pe.gov.br;

23.10. Consideram-se parte integrante e indivisível deste Instrumento, quaisquer condições que estiverem inclusas em seus anexos;

23.11. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata, sem prejuízo das demais formas de publicidade.

23.12. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o seu recebimento ou, ainda, mediante publicação no Sistema RedeEmpresas ou no Diário Oficial da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.

23.13. A presente licitação poderá ser revogada, por motivo de conveniência e oportunidade, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou será anulada, por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

23.14. Constatado vício insanável na licitação, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, nos termos do art. 147 da Lei nº 14.133/2021.

23.15. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação, cabendo, em caso de anulação, o dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável.

- 23.16. Em caso de divergência entre o Termo de Referência e o Edital de Licitação, prevalece o Edital.
- 23.17. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto a ser licitado descritas no RedeEmpresas e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.
- 23.18. Os casos omissos neste Edital serão decididos com base na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas que regem a matéria.
- 23.19. A data de abertura da sessão pública poderá ser adiada por conveniência da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, sem prejuízo do disposto no art. 55, II, “a” e “b”, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 23.20. Independentemente de solicitação, a Administração poderá convocar o Fornecedor, após a Homologação, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado na qualidade e especificações indicados na proposta, em virtude de redução dos preços de mercado.
- 23.21. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca do Recife/PE.

Recife/PE, 14 de junho de 2024
Armando Cesare Tomasi

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2024
PREGÃO ELETRONICO Nº 11/2024

ANEXO I
TERMO DE REFERENCIA

1. JUSTIFICATIVA

A Defensoria Pública do Estado de Pernambuco no âmbito de suas atribuições, faz uso de Sistema de Folha de Pagamento e Recursos Humanos, onde os dados são armazenados em instancia do sistema ConsistHR, em uso pela SAD-PE (Denominado de SADRH), este sistema é o que gere todo o cadastro pessoal e folha de pagamento da instituição, porem no final do ano de 2023, o referido sistema foi descontinuado pela Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco, que contratou uma outra ferramenta e deixou a Defensoria de Pernambuco desamparada com as manutenções periódicas do sistema em uso.

Sabendo disso, realizamos uma contratação emergencial por um período de 03 (três) meses, de 06/02/2024 à 05/05/2024 com possibilidade de renovação por mais 2 (dois) meses, para suprir as demandas emergenciais tais como envio das informações para o e-Social e parametrizações na base de dados no sistema existente na SAD.

Agora temos a necessidade em contratar uma empresa que forneça o Sistema Consist HR e o Consist e- Social, bem como instale, parametrize, realize treinamentos com os servidores e preste serviços de manutenção, para que se tenha a continuidade nos serviços de Recursos Humanos e Pagamentos desta Defensoria e assim simplificar o processo de o envio das informações ao e-Social e por consequência, reduzir expressivamente os custos com migração para um sistema diferente.

Atualmente apenas duas empresas detêm autorização para comercializar os softwares Consist no Brasil, as quais estão devidamente autorizadas pela ABES – Associação Brasileira de Softwares a distribuir, prestar instalação, consultoria, implantação, implementação, treinamento, suporte e atualização técnica relativamente aos programas para computador e seus respectivos módulos do Consist Software no Brasil.

Destarte, justifica-se a presente contratação, já que a DPPE não possui sistema próprio para tal finalidade o que requer a contratação do sistema citado neste termo de referência.

Por fim, a instituição já utiliza o sistema ConsistHR por meio da infraestrutura do Secretaria de Administração de Pernambuco. Ocorre que este sistema foi descontinuado pela Secretaria de Administração, mas continua sendo utilizado pela Defensoria, gerando a necessidade da contratação.

2. OBJETO

Contratação de pessoa jurídica para a prestação dos seguintes serviços: Disponibilização de licenças de uso de software para a Gestão de Recursos Humanos, contemplando a instalação, implantação, parametrização, manutenção, migração de dados, treinamento e garantia das atualizações técnicas de software na solução ConsistHR e Consist e-SOCIAL, em ambiente próprio, com acesso para servidores da Defensoria Pública de Pernambuco, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, anexo a este Edital.

Lote	Item	Descrição do item	Cód. Efisco	Qtd. meses	Valor de referência mensal	Valor de referência anual
------	------	-------------------	-------------	------------	----------------------------	---------------------------



1	1	Serviços de consultoria para implantação, parametrização, migração de dados e treinamento da Solução ConsistHR e Consist e-Social.	330120-6	01	R\$ 287.868,00	R\$ 287.868,00
1	2	Serviço de Disponibilização de Licenças de Uso e Subscrição de Atualização Técnica e Suporte para a Solução ConsistHR e Consist e-Social.	582419-2	12	R\$ 51.219,00	R\$ 614.628,00

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A CONTRATADA deverá instalar, implantar, parametrizar, migrar os dados da base da SAD-PE, treinar e garantir as atualizações do sistema de Gestão de Recursos Humanos Consist HR e Consiste-SOCIAL, para uso em ambiente próprio com acesso para 800 (oitocentos) servidores da Defensoria Pública de Pernambuco.

3.2 Também deverá adotar medidas para assegurar a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações que serão tratadas na infraestrutura da Defensoria Pública de Pernambuco "DPPE".

3.3 Deverá fornecer licenças de acesso aos sistemas ConsistHR e Consist e-SOCIAL, para até 5 usuários concorrentes e 800 prontuários dos servidores da DPPE.

3.4 A solução deverá permitir um modelo de licenciamento adequado aos fluxos e as rotinas de atendimento da CONTRATANTE e possuir as seguintes características:

3.4.1 Licença de uso do software, permitindo o cadastro de logins/acessos, para os usuários da instituição.

3.4.2 A CONTRATANTE fornecerá as bases de dados Oracle, MS_SQLServer ou DB2, as quais devem ser suportadas pela solução.

3.5 A licença deverá ser na modalidade básica para uso em todo o período do contrato.

3.6 A migração de dados, visa à transferência dos dados da instância atual hoje de responsabilidade da Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco, para a base de dados da nova instância que será criada na DPPE, com adoção de procedimentos que garantam a consistência das informações na operacionalização da nova solução sem perda histórica de informações das áreas de negócio.

3.7 Também será disponibilizado pela SAD-PE, a biblioteca Específica, onde constam todas as funcionalidades, desenvolvimentos e atualizações ao longo de toda a operação do Sistema SAD-RH no Estado de Pernambuco, através de Termo de Cooperação Técnica.

3.8 A solução ConsistHR e Consiste-SOCIAL permitirá a DPPE cumprir com as obrigações referentes aos Recursos Humanos e e-SOCIAL, através dos requisitos mínimos a seguir:

3.9 FOLHA DE PAGAMENTO

- ✓ Cadastro de funcionários, dependentes e beneficiários.
- ✓ Tratamento diferenciado conforme a categoria do funcionário.
- ✓ Tratamento diferenciado conforme o tipo do funcionário.
- ✓ Controle automático de dependentes, quanto a Salário Família, Imposto de Renda, Auxílio Creche e convênio Médico.
- ✓ Cadastros de locais de trabalho, centro de custos e CIPA.
- ✓ Transferência de funcionários entre as Áreas da empresa, categorias, filiais e empresas (como ou sem ônus).
- ✓ Folha de Pagamento e Folha Complementar.
- ✓ 13o. salário:
 - Cálculo de adiantamento
 - Cálculo de 2ª parcela



- Cálculo de provisão de 13^o salário
 - ✓ Férias
- Controle de períodos aquisitivos e períodos concessivos, considerando afastamentos (deslocando ou encerrando o período aquisitivo).
- Programação individual e coletiva, por áreas da empresa.
- Emissão de aviso e recibo.
- Controle de adiantamento de 13o. Salário.
- Cálculo de provisão de férias.
- Recálculo de férias na folha.
 - ✓ Pensões Judiciais.
 - ✓ Rescisões Contratuais.
 - ✓ Imposto de Renda e GFIP (Guia de Fundo de Garantia e Informações a Previdência Social).
 - ✓ Contribuição Sindical e Assistencial, e Mensalidade Sindical.
 - ✓ Prêmios e gratificações.
 - ✓ Participação nos lucros ou resultados.
 - ✓ Adicional noturno, Periculosidade e Insalubridade.
 - ✓ Abono de Natal:
- Cálculo para pagamento
- Cálculo de provisão
 - ✓ Permitir lançamentos referentes às horas do Banco de Horas (verba), por funcionário.
 - ✓ Históricos salariais.
 - ✓ Históricos funcionais (cadastros).
 - ✓ Históricos financeiros (pagamentos).
 - ✓ Proventos, descontos e bases parametrizáveis.
 - ✓ Entrada de lançamentos para meses futuros, através de lotes ou verbas fixa sem cadastro de funcionários, definidos por mês e por cálculo.
 - ✓ Processamento de cálculo total, parcial e individual.
 - ✓ Permitir o tratamento de exceções para Funcionários, áreas da empresa, categorias de funcionários, cargo, filial, pensionista e tipo de pagamento.
 - ✓ Possibilitar interface contábil, com geração de lotes de lançamentos de resumos de pagamentos por Centro de Custos para o sistema contábil, permitindo diferenciação de endereçamento contábil por categoria de funcionário.
 - ✓ Possibilitar a interface para pagamentos de pensionistas, drogarias e supermercados, a partir dos dados do sistema de Folha de Pagamento.
 - ✓ Medicinado Trabalho: registro de acidentes e impressão de CAT; possibilitar atendimento médico e ambulatorial; possibilitar fazer convocação de exames periódicos; possibilitar o registro de resultado de exames médicos feitos pelos funcionários; controle de atestados médicos.
 - ✓ Segurança do Trabalho: controle de CIPA's com cadastramento das mesmas, eleições e reuniões; controle de Brigadas de Incêndio com cadastramento das mesmas e reuniões; controle ambiental (reconhecimento de riscos, avaliação da exposição aos riscos, aplicação de medidas de controle de segurança) ; controle de EPI's, EPC's e ECI's;
- RECOLHIMENTOS E RELATÓRIOS OBRIGATÓRIOS:



- Ficha de Registro de Empregados- possibilidade de efetuar pesquisas por qualquer atributo.
- GRPS (Guia de Recolhimento de Previdência Social).
- GFIP (Guia de Fundo de Garantia e Informações a Previdência Social).
- PIS e PASEP.
- DIRF (Declaração de Imposto de Renda na Fonte).
- Informe de Rendimentos e anexo ao Informe.
- RAIS (Relatório Anual de informações Sociais).
- CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) e CAGED Correção.
- Ficha Financeira.
- Termo de Rescisão.
- Seguro Desemprego.
- Relação bancária via transmissão.
- Contrato de Experiência, contrato de trabalho por tempo indeterminado e por tempo determinado.
- Termo de Responsabilidade para Imposto de Renda.
- Declaração de Dependentes para Salário Família.
- Demonstrativo de Pagamentos.
- Relação de Salário Contribuição.
- Relação de Contribuição Sindical
- Quadros da NR4 e NR7
- PPP
- PCMSO
- PPRA
 - ✓ Atendimento a Instrução Normativa 68 (geração de arquivos e relatórios de conferência).
 - ✓ Codificação de tipos de afastamentos e licenças.
 - ✓ Possibilitar o controle de efeitos (de afastamentos e licenças) em pagamentos, férias e 13o. Salário.
 - ✓ Escala de revezamento de folga.
 - ✓ Integração com ponto eletrônico.
 - ✓ Benefícios.
- Cadastramento de convênios e suas tabelas de pagamento.
- Atendimento a Vale-Transporte, Vale-Refeição, Vale-Alimentação, Cesta-básica, Clubes e Associações.
- Atendimento a seguros de vida e de saúde (médico e odontológico).
 - ✓ Módulo de auto atendimento;
 - ✓ Controle da inclusão da data de início de gozo das férias pelo responsável pelo setor do empregado (e pelo próprio empregado no módulo de Auto Atendimento), controlando o cumprimento dos prazos legais e antes da data limite do período concessivo de férias.
 - ✓ Módulo de “Quiosque ou Auto-Atendimento” na WEB, disponibilizando ao empregado a impressão de seus demonstrativos de pagamento, declarações pré-definidas e consulta as suas informações pessoais além de programação de férias controlando os prazos legais, com posterior aprovação da chefia. Disponibilizar ao colaborador seu histórico on-line permitindo a impressão e bloqueando alteração.

3.10 CARGOS E SALÁRIOS

- ✓ Tabela de cargos e funções (descrições de cargos no sistema).
- ✓ Tabela de pesquisas salariais.



- ✓ Reajustes Totais e Parciais em tabelas salariais e cadastro (quando funcionário estiver fora da tabela).
 - ✓ Permitir simulações de processos de reajuste (por cargo, sindicato, por tabela salarial, por faixas de salário, categoria, lotação, estabelecimento e tipo de salário).
 - ✓ Tabelas de progressões de carreiras.
 - ✓ Registros de C.B.O. (Código Brasileiro de Ocupações).
 - ✓ Controle de Quadro.
 - ✓ Tabela de salários por faixa.
 - ✓ Promoções e Transferências.
- Entrada de Dados - Manual, integração com ConsistHR e outras origens.
 - Controle de Eventos – Validação e composição de eventos;
 - Consultas nas Bases Nacionais;
 - Geração de Eventos (XML) - Geração, assinatura e validação;
 - Transmissão – Montagem e Transmissão de Lotes;
 - Agendamento de Processos;
 - Consulta de processamento e atualização do Retorno;
 - Relatórios Operacionais e Gerenciais;
 - Comunicação por E-mail da ocorrência de erros de validação/transmissão;
 - Segurança e Perfil por usuário; Trilha de Auditoria;

3.11 RECURSOS NECESSÁRIOS EM TODOS OS MÓDULOS DO SISTEMA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

- Ter auditoria em nível de lançamentos/movimentações e atualizações em cadastro (por período).
- Possibilitar a criação de campos específicos (para informações adicionais), em cadastro de funcionários, dependentes, filiais, locais de trabalho, verbas, cargos, apontamentos, período aquisitivo e pagamento de férias.
- Permitir geração de índices dos campos do sistema e também de específicos, para emissão de relatórios.
- Permitir a definição dos períodos de armazenamento em disco.
- Consistência de dados on-line e rigorosa, gerando movimento simulado inicialmente, que será efetivado após análise e validação pela área de Folha de Pagamento.
- Efetuar todo o processamento on-line, permitindo o acesso aos dados até o último movimento registrado, via relatórios.
- Relatórios:
 - ✓ Possibilitar emissão on-line (na impressora do usuário) ou batch.
 - ✓ Possuir tela de consulta com a lista dos mesmos.
 - ✓ Possibilitar a seleção e classificação por faixa de verbas, empresa, filial, categoria, setor, funcionário, etc.
 - ✓ Facilidades para consultas on-line pelo usuário autorizado.
 - ✓ Facilidades para preparação/alteração de relatórios pelo usuário autorizado e em linguagem amigável para edição dos mesmos.
 - ✓ Facilidade de Help.
- Possibilitar os processos/relatórios:
 - ✓ Histórico de quantidade de Horas Extras nos últimos X meses



- ✓ Horas Extras de funcionários num intervalo de meses – por lotação
- ✓ Apoio Orçamentário – Hora Extra Média
- ✓ Apoio Orçamentário - Contratação/ Hora Extra
- ✓ Relação de salário médio por lotação/nível salarial
- ✓ Relação de cargos/níveis salariais por lotação
- ✓ Relação de Funcionários por lotação/cargo
- ✓ Relação de Funcionários por Lotação/Cargo/Salário
- ✓ Relação de Funcionários por Lotação/Cargo/Salário/Adicional por Tempo de Serviço (ATS)
- ✓ Relação de Funcionários por lotação/sexo/idade Relação de Funcionários para atualização do telefone comercial
- ✓ Relação de Funcionários para agendamento de exames médicos
- ✓ Relação de Funcionários- em ordem numérica
- ✓ Relação de Funcionários- em ordem alfabética
- ✓ Relação de Funcionários- Eleição CIPA
- ✓ Relação de Funcionários por data de aniversário- endereço
- ✓ Relação de Funcionários- Insalubridade/Periculosidade
- ✓ Relação de Funcionários-endereço
- ✓ Relação de Funcionários – grau de instrução
- ✓ Relação de Funcionários-admitidos/ demitidos por período
- ✓ Relação de Funcionários- contrato com período de experiência a vencer
- ✓ Relação de Funcionários – entrega de livro e carteirinha– convênio médico
- ✓ Relação de Funcionários com verba negativa- por período
- ✓ Relação de Funcionários- por faixa etária
- ✓ Relação de Funcionários associados ao sindicato
- ✓ Relação de admitidos/demitidos
- ✓ Relação de entrega de benefícios
- ✓ Relação Pagamento X Provisão de Férias /13^oSalário/Abono de Natal
- ✓ Relação de sócios do sindicato - por endereço
- ✓ Relação de verbas específicas- ordem alfabética
- ✓ Relatório de apoio a comprovação de títulos por tempo de serviço
- ✓ Atestado de tempo de serviço
- ✓ Etiqueta de funcionários admitidos – Posto Médico
- ✓ Etiqueta de endereço de funcionários e dependentes
- ✓ Etiqueta de endereço de funcionários- ordem alfabética
- ✓ Etiqueta de endereço de funcionários- ordem de data de nascimento
- ✓ Etiqueta funcionários- para circulação interna
- ✓ Etiqueta para atualizar Carteira Profissional- férias
- ✓ Etiqueta para atualizar Carteira Profissional- Cargos/Salários
- ✓ Geração de arquivos para o Posto Médico- Funcionários



- ✓ Geração de arquivos para o Posto Médico- Dependentes
- ✓ Geração de arquivos para o Posto Médico-Cargos
- ✓ Geração de arquivos para o Posto Médico-Lotação
- ✓ Geração de arquivos de Cargos e Salários-funcionários por área
- ✓ Geração de arquivos de Cargos e Salários-funcionários e dependentes por área
- ✓ Geração de arquivos de dados de funcionários –Seguro de Vida
- ✓ Geração de arquivos de dados de funcionários-Inclusão/Atualização
- ✓ Geração de arquivos de dados de funcionários- somente Demitidos
- ✓ Geração de arquivos de dados de funcionários- alteração de cargo
- ✓ Geração de arquivos de dados de funcionários-carga para DB2
- ✓ Geração de arquivos de dados de funcionários- usuários do Vale Transporte
- ✓ Geração de arquivos de dados de funcionários-atualização de CPF para convênio médico.
- ✓ Geração de arquivos- Função por lotação
- ✓ Geração de arquivos- Lotação
- ✓ Carta de Promoção
- ✓ Carta convite para dependentes
- ✓ Carta para funcionários (via correio)- Convite para aposentados
- ✓ Declarações/Contrato de Trabalho
- ✓ Relatório Gerencial – Horas Extras de funcionários por intervalo de meses
- ✓ Relatório de apoio a digitação- Vale Compra/Vale Transporte
- ✓ Opção de Auxílio Transporte
- ✓ Relação de Horas efetivamente trabalhadas
- ✓ Comunicados da empresa aos funcionários
- ✓ Relação de Sócios do Grêmio- para conferência/eleição
- ✓ Convite Grêmio- Dia das Crianças /Natal
- ✓ Relação de Dependentes– Grêmio/convênio médico
- ✓ Relação de Dependentes do Grêmio- por idade/sexo
- ✓ Seguro de Vida em Grupo
- ✓ Impressão opção- Seguro de Vida em Grupo
- ✓ Escala Anual de Férias
- ✓ Relatório para entrega de Informe de Rendimentos
- ✓ Relação de Guardinhas/ Patrulheiros que completam 18anos
- ✓ Comunicado/declaração- exclusão de dependentes do convênio médico
- ✓ Aditamento de contrato de trabalho
- ✓ Rescisão-emissão de comunicados
- ✓ Relação bancária-arquivo/relatório
- ✓ Demonstrativo de Pagamentos
- ✓ Resumo da Folha de Pagamento
- ✓ Cartão Ponto-1^a quinzena

- ✓ Cartão Ponto- 2^aquinzena
- ✓ Resumo da Folha- Cargos de Confiança
- ✓ Relação de histórico financeiro – por período
- Níveis de segurança:
 - ✓ Possibilidade de restrição de operação (inclusão/alteração/exclusão/consulta) por usuário;
 - ✓ Definição de níveis de acesso, possibilitando restrições em nível de empresa, filial, local de trabalho e categoria.
- Possibilitar a confirmação das informações incluídas/alteradas, por uma senha de nível de acesso superior (validação das informações).
- Impedimento de alteração da Folha de Pagamento após o fechamento final mensal (acertos no mês subsequente).
- Permitir o desenvolvimento de aplicativos, relatórios e rotinas de cálculo, na linguagem do sistema, para atender a processos específicos do cliente.
- Possibilitar que os processos específicos do cliente seja macoplados ao menu do sistema.
- Permitir o atendimento à legislação fiscal (federal, estadual e municipal), societária e previdenciária vigente, inclusive quanto à obrigatoriedade da disponibilização de informações em meio magnético nos leiautes e na periodicidades definidos.

3.11.1 Treinamentos de todas as funcionalidades atuais e de futuras atualizações (*updates / upgrades* de versões) e/ou funcionalidades/módulos de aprimoramento que a solução oferece, em vídeo explicativo ou através de treinamento web e disponibilizados durante toda a vigência do contrato, para acesso de qualquer usuário da DPPE.

3.11.2 A solução deverá estar disponível para funcionamento e acesso dos usuários ininterruptamente 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias da semana, salvo nos casos de necessidade de parada do ambiente para a execução das manutenções corretivas e/ou evolutivas programadas e planejadas com a CONTRATANTE.

3.11.3 A CONTRATADA deverá oferecer suporte à solução de segunda-feira a sexta-feira no horário comercial. Deverão ser informados pela CONTRATADA ao menos dois canais de atendimento cujo cadastramento deverá ser feito pelo CONTRATANTE, mediante usuário/senha em plataforma on-line disponível 24x7. Os usuários previamente cadastrados devem ter possibilidade de extrair relatórios dos atendimentos.

4. MIGRAÇÃO DE DADOS

4.1 A migração de dados, visa à transferência dos dados da instância atual hoje de responsabilidade da Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco, para a base de dados da nova instância que será criada na DPPE, com adoção de procedimentos que garantam a consistência das informações na operacionalização da nova solução sem perda histórica de informações das áreas de negócio;

5. ESPECIFICAÇÕES DE INSTALAÇÃO

5.1 Deverá ser disponibilizado pela contratante, as seguintes especificações mínimas para a instalação dos sistemas.

- ✓ Servidor Web
- ✓ Servidor de Aplicação
- ✓ Servidor de Banco de Dados

5.2 Recomendações mínimas de hardware para produção.

- ✓ Processador: 4vCPUs Intel® Xeon® E5-2660v3 2.6GHz (ou superior) disponíveis;
- ✓ Memória: 16GB (ou superior) disponíveis;



- ✓ Disco Rígido: Disco de 1tb modelo SAS (ou superior) com um mínimo de 250GB livres para o banco de dados;
- ✓ Sistema operacional: Linux;
- ✓ Conexão com a internet: 1giga;

6. PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1 O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Contrato e poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, de acordo com o Termo de Referência, conforme o art. Art. 107, da Lei 14.133/2021.

7. MODALIDADE DE LICITAÇÃO:

7.1 Pregão Eletrônico, conforme art.28, incisos I e art.29 da Lei nº 14.133/2021 os quais autorizam a concorrência e o pregão seguir o rito procedimental comum a que se refere o art.17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

8. REGIME DE EXECUÇÃO

8.1 Regime de execução indireta.

9. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

A contratada obriga-se a:

- 9.1 Executar fielmente o contrato, de acordo com as cláusulas avençadas.
- 9.2 Indicar ao Gestor do Contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a partir da assinatura do contrato, e sempre que haja alguma alteração neste quadro, os técnicos que, em equipe ou individualmente, realizarão os serviços e estarão, eventualmente por solicitação, nas dependências da DPPE.
- 9.3 Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos neste Termo de Referência.
- 9.4 Disponibilizar um canal de atendimento para registro e encaminhamento de chamados técnicos.
- 9.5 Designar, para execução dos serviços, profissionais especializados e com conhecimento e capacidade técnica necessária ao cumprimento do objeto deste Termo de Referência.
- 9.6 Garantir o sigilo das informações registradas no Sistema.

10. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

A Contratante obrigar-se a:

- 10.1 Obriga-se a proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar sua obrigação, dentro do previsto no Contrato, permitindo o livre acesso dos técnicos da CONTRATADA às instalações físicas, objetivando a execução dos serviços contratados.
- 10.2 Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar os serviços objeto do Contrato por meio de empregado devidamente designado para esse fim, rejeitando, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com o Contrato.
- 10.3 Abrir chamados técnicos para a CONTRATADA, na ocorrência de defeitos no sistema.
- 10.4 Comunicar à CONTRATADA as irregularidades observadas na execução dos serviços.
- 10.5 Proceder ao pagamento do Contrato, na forma e no prazo pactuado, depois de verificada a regularidade da Nota Fiscal/Fatura.

11. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

11.1 A Proposta deverá ser apresentada pelo menor preço global, com validade mínima de 60 dias, com preços unitários e totais, cotados em moeda nacional, expressos em algarismos arábicos e\ou por extenso, já consideradas todas as despesas com tributos e demais despesas que incidam, direta ou indiretamente, nos preços para a execução do objeto.



UNIDADE DE LICITAÇÃO

12. FISCALIZAÇÃO

12.1 A execução contratual deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor designado pelo Coordenador de Gestão desta DPPE, que registrará os acontecimentos considerados relevantes, bem como as providências tomadas para sanar as falhas identificadas.

12.2 A comunicação entre o Contratante e a Contratada, durante o período de execução contratual ocorrerá, preferencialmente, via e-mail. Poderá ser utilizada outra forma de comunicação (telefone, aplicativo de mensagens, entre outros), porém toda demanda deverá ser formalizada via e-mail.

12.3 A fiscalização de que trata este serviço não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer dano em razão da execução contratual.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Todos os serviços contratados devem seguir as orientações recomendadas neste termo de referência, principalmente, com respeito aos treinamentos e supervisão sistemática do pessoal, para com uso do sistema ora contratado, relatório de ocorrências e demais determinações.

Erick Luiz P. de Andrade

Erick Luiz Pontes de Andrade
Diretor de Tecnologia da
Informação



UNIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2024

PREGÃO ELETRONICO Nº 11/2024

ANEXO II

EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

1. A habilitação far-se-á com a verificação dos documentos adiante relacionados, dentro dos seus respectivos prazos de validade sob pena de inabilitação:

1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

1.1.1 Registro comercial, no caso de empresa individual; Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício; Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir; e,

1.1.2 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda.

1.2. REGULARIDADE FISCAL:

A regularidade fiscal dependerá da apresentação dos documentos abaixo relacionados, bem como de certidões positivas com efeito de negativas:

1.2.1 Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal e Certidão Negativa de Débito - CND, através da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

1.2.2 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação, expedido pela Caixa Econômica Federal;

1.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.

d) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual de Pernambuco ainda que este não seja o domicílio ou sede do licitante;

1.2.4 Prova de regularidade referente aos Débitos Trabalhistas (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT);

1.2.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante.

1.3. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.3.1 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível do objeto, mediante atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado, demonstrando os serviços executados pelo licitante, não serão aceitos atestados emitidos pelo licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro



UNIDADE DE LICITAÇÃO

em desacordo com as exigências do edital, nos atestados deverão constar os dados cadastrais completos da pessoa jurídica e do responsável pela emissão do atestado;

1.3.2 A Administração se reserva no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre o serviço prestado;

1.3.3 O atestado de capacidade técnica deverá ser apresentado em papel timbrado do emitente e conter, o nome do órgão contratante, o nome do responsável, endereço completo e telefone.

1.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial.

b) Balanço Patrimonial do último exercício social exigível, compreendido como último exercício social exigível, apresentado na forma da lei e regulamentos na data de realização da licitação, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura deste processo licitatório.

Recife/PE, 28 de maio de 2024
Unidade Administrativa



UNIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2024

PREGÃO ELETRONICO Nº 11/2024

ANEXO III

DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ SSP/_____ e CPF nº _____, sob as penas da lei e para os fins dispostos neste Edital:

DECLARA que cumpriu o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

DECLARA que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, bem como no art. 14, inciso VI da Lei nº 14.133/2021;

DECLARA que não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o contratante.

Recife, XX de XXXX de 2024

REPRESENTANTE DA EMPRESA

CNPJ nº



DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO
DE PERNAMBUCO

UNIDADE DE LICITAÇÃO

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2024**

ANEXO IV

ATESTADO DE CONFORMIDADE DAS AMOSTRAS/FOLDER COM O ESTABELECIDO NO EDITAL

Através do presente, atesto que a empresa....., sediada à Rua , nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº....., entregou as amostras dos materiais especificados no Edital, nesta data, em conformidade ao Pregão Eletrônico nº....., para comprovação e verificação dos itens discriminados.

Recife, XX de XXXX de 2024

REPRESENTANTE DA EMPRESA

CNPJ nº



UNIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2024
PREGÃO ELETRONICO Nº 11/2024

ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº XXX/2024, QUE CELEBRAM ENTRE SI A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO E O(A) NOME DA EMPRESA, EM DECORRÊNCIA DA PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/2024, PREGÃO ELETRONICO Nº XXX/2024, NA FORMA ABAIXO ADUZIDA:

Por este instrumento, a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, pessoa jurídica de direito público, entidade da Administração Pública Estadual, sediada na Rua Marques do Amorim, Nº 127, Boa Vista, Recife, Pernambuco, inscrita no CNPJ sob o Nº 02.899.512/0001-67, neste ato, representada pelo Defensor Público-Geral, o senhor **Dr. HENRIQUE COSTA DA VEIGA SEIXAS**, Defensor Público, inscrito no CPF/MF sob Nº ***.053.664-**, domiciliado nesta capital, e pelo 1º Subdefensor Público-Geral Institucional e Administrativa, pelas portarias Nº 1927 do Governo do Estado de Pernambuco e da Nº xxx/202x da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, domiciliado nesta capital, daqui por diante designada simplesmente CONTRATANTE, e, do outro lado, o(a) **NOME DA EMPRESA**, CNPJ/MF Nº 00.000.000/0000-00, constituída legalmente por contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de XXXXXXXXXXXXXXX sob o NIRE Nº XXXXXXXXXXXXXXX, com sede à Rua, Nº Bairro, Cidade, Estado, CEP.: 00.000-000, representada pelo senhor **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, nacionalidade, estado civil, profissão, inscrito no CPF/MF sob o Nº ***.000.000-**, com domicílio no mesmo endereço da empresa supramencionada, doravante designada **CONTRATADA**, firmam o presente contrato, proveniente do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/2024**, autuado por **MODALIDADE Nº XXX/2024**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto de o presente contrato trazer o objeto descrito no edital;

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÕES

2.1. Todas as especificações encontram-se neste instrumento contratual, bem como no Processo Licitatório e proposta.

2.2. Trazer todas as especificações que entender pertinentes à transparência do objeto contratado.



UNIDADE DE LICITAÇÃO

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA.

3.1. Justifica-se a presente aquisição o Despacho Nº XXX/2024 (00000000) da Coordenadoria de Planejamento e Gestão, para suprir as demandas da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL.

4.1. O presente Contrato é decorrente do Processo Licitatório de Nº XX/2024, Pregão Eletrônico Nº XX/2024, realizada com base na Lei Nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO OU MODO DE FORNECIMENTO.

5.1. O Regime de Execução será Indireta: Empreitada por Preço Global.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO PARA PRESTAÇÃO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

6.1. A prestação/execução do serviço se iniciará imediatamente após a emissão da nota de empenho ou ordem de serviço.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA.

7.1. O presente contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do presente instrumento, mais especificamente de dia de mês de 202x até dia de mês de 202x, em observância aos créditos orçamentários, podendo ter sua duração prorrogada, caso haja interesse da administração, em conformidade com o art. 105 e seguintes, da Lei Federal Nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR CONTRATUAL.

8.1. O valor do presente contrato é de R\$ xxxxx (valor por extenso) global, perfazendo o valor R\$ xxxxx (valor por extenso) mensal.

9. CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS E EMPENHO DAS DESPESAS.

9.1. O crédito pelo qual correrá as despesas da execução deste contrato está previsto no orçamento vigente e no exercício de 2024, conforme segue:

Dotação Orçamentária: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Nº e Data do Empenho: 202XNE000XXXX, de dia de mês de 2024.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.



UNIDADE DE LICITAÇÃO

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão, por parte da Contratada, da documentação fiscal e contábil e a devida aprovação do setor responsável pelo recebimento dos produtos/serviços;

10.2. As Notas Fiscais/Faturas a serem emitidas pelos fornecedores, além de discriminarem os produtos/serviços, devem, também, conter obrigatoriamente a assinatura e o carimbo do representante da Unidade pertinente, como comprovante de recebimento do objeto do faturamento.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Os equipamentos deverão ser entregues nos quantitativos solicitados na Unidade de Informática desta Defensoria Pública, localizada na Rua Manoel Borba, 640, 4º andar, Recife/PE;

11.2 Somente serão aceitos os fornecimentos feitos de acordo com o contido nas especificações do Edital;

11.3 Entregar os aparelhos com os respectivos prazos de validade não inferior a 70% (setenta por cento) da validade total para uso ou consumo oferecida pelo fabricante, quando for o caso;

11.4 Correrão por conta da Contratada todas as despesas concernentes ao fornecimento do objeto licitado, dentre as quais os encargos trabalhistas, taxas, transportes, fretes, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato;

11.5 A Contratada será responsável pelos danos causados à Administração ou terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo por ocasião da execução do Contrato;

11.6 Os equipamentos a serem fornecidos, devem ser acondicionados obrigatoriamente, de forma adequada a fim de não danificá-los.

11.7 Após o fornecimento, se verificadas irregularidades posteriores, o licitante vencedor deverá promover a regularização no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da notificação, sob pena de suspensão na tramitação da liquidação da nota fiscal/fatura, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

11.8 O recebimento do objeto licitado será procedido, com observância a disposições acima descritas e com base na Lei nº 14.133.

11.9 Estar com o cadastro atualizado no Cadastro de Fornecedor - CADFOR do Estado de PE, sob pena de desclassificação.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

12.1 Receber os equipamentos solicitados, emitindo Atestado de Recebimento na Nota/Fatura;

12.2 Verificar a qualidade dos equipamentos em conformidade com as especificações técnicas exigidas no Edital;

12.3 Verificar prazos de validade, quando for o caso;

12.4 Verificar condições de acondicionamento;

12.5 Contatar a CONTRATADA quando houver verificação de irregularidades posteriores à entrega, para promover a regularização;

12.6 Suspender a tramitação da liquidação da Nota Fiscal/Fatura quando não houver atendimento às solicitações de correções de irregularidades no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;



UNIDADE DE LICITAÇÃO

12.7 Encarregar-se dos estágios das despesas oriundas do presente procedimento licitatório, quais sejam, empenhamento, liquidação e pagamento;

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO.

13.1. A fiscalização do contrato será exercida por representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da vigência do contrato e tudo dará ciência à Contratada, conforme especificado neste Edital.

13.2. A fiscalização de que trata o subitem acima não exclui nem reduz a responsabilidade do licitante vencedor pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

13.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DATA-BASE, PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DO PAGAMENTO E A DO EFETIVO PAGAMENTO.

14.1. O valor do presente serviço poderá sofrer reajuste ou repactuação durante sua execução, de acordo com a legislação vigente.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS ADITIVOS.

15.1. Qualquer aditivo ao contrato proveniente da presente contratação deverá observar a legislação concernente à matéria, devendo haver a devida justificação para tanto.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA.

16.1. O presente Contrato, em hipótese alguma, poderá ser objeto de subcontratação, cessão ou transferência.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS SANÇÕES.

17.1 - Serão aplicáveis aos responsáveis pelas infrações administrativas as sanções contidas no Art. Nº 156 da Lei Federal Nº 14.133/21, bem como outras cabíveis.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO.

18.1. O presente contrato poderá ser rescindido de pleno direito pelos motivos previstos no Art. Nº 138 da Lei Nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.



UNIDADE DE LICITAÇÃO

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO.

19.1 Integram o presente instrumento, como se transcritos estivessem, o seguinte:

a) Especificações Gerais do objeto presentes no Processo Licitatório de Nº XXX/2024, relativo ao Pregão Eletrônico Nº XXX/2024.

b) Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA no Processo Licitatório de Nº XXX/2024, relativo ao Pregão Eletrônico Nº XXX/2024.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E ESPECIALMENTE AOS CASOS OMISSOS.

20.1. O presente contrato reger-se-á pelas normas estabelecidas no Estatuto Federal Licitatório, e, nos casos omissos, aplicar-se-ão os princípios gerais do Direito.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO.

21.1. Fica eleito o foro da cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, para dirimir quaisquer dúvidas porventura surgidas em decorrência deste termo, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que o seja.

21.2. E, por estarem assim, justas e acordadas, as partes firmam o presente Termo para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Recife, XX de mês de 2024.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

CONTRATANTE



DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO
DE PERNAMBUCO

UNIDADE DE LICITAÇÃO

HENRIQUE COSTA DA VEIGA SEIXAS

DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

CONTRATANTE

1º SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL INSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

EMITENTE/TESTEMUNHA

NOME DA EMPRESA

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

REPRESENTANTE LEGAL